

## **DIMENSÕES DE UMA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM UMA PROPOSTA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA: POSSIBILIDADES DE NOVAS ARTICULAÇÕES PARA O ENSINO MÉDIO BRASILEIRO**

Pedro Rafael Oliveira Pinto, Doutorando, UFRJ – [pedrorafael.cp2@gmail.com](mailto:pedrorafael.cp2@gmail.com)

Conforme sinalizou Coelho (2009), uma educação integral caracteriza-se por oportunizar aos estudantes um desenvolvimento multidimensional, ou seja, ofertar às discentes exposições a elementos que não estejam, necessariamente, presentes nos currículos escolares, envolvendo, nessa proposta, outros atores ou equipamentos, sem lateralizar, todavia, a necessidade da ampliação da jornada do tempo em que os estudantes são expostos a aprendizagens. Daí, a parceria entre a escola e centros de pesquisa torna-se fundamental. Ainda que, em muitas situações, o caráter pedagógico da proposta possa ser atravessado pelas necessidades socioeconômicas dos discentes, tais quais, moradia, mobilidade, renda, saúde e outras, não pode ser perdido de vista, uma vez que o desenvolvimento dos sujeitos depende, também, de um projeto consistente para a consolidação de suas trajetórias. Não obstante, em diálogo com os movimentos existentes na arena que defendiam a necessidade de uma outra dinâmica educacional, o Plano Nacional de Educação, promulgado pela lei N 13005 / 2014, anuncia a necessidade da ampliação do número de escolas que tenham em sua base curricular a premissa da Educação Integral. No ano do término de sua vigência, os dados do monitoramento da meta correspondente não são animadores, exigindo que todas as pessoas educadoras se mobilizem no sentido de pensarem e elaborarem propostas para a garantia da qualidade dos anos finais da escolarização obrigatória. Neste cenário, este trabalho tem por objetivo apresentar algumas dimensões de uma Educação Integral presentes em Programas de Iniciação Científica voltados ao Ensino Médio que possam contribuir ao debate de uma nova proposta para esta etapa da Educação Básica. Conhecidas como Iniciações Científicas Juniores (IC JR.), tais propostas permanecem em atuação em diversos cenários. A metodologia utilizada partiu de uma análise bibliográfica acerca dos temas da Educação Integral e das ações de IC JR no país. Foram pesquisados textos e artigos em diferentes bases de dados disponíveis.

Segundo Nacarato (2016), o estabelecimento de interações fortes e resilientes entre escola e universidade contribui para a ruptura da ideia de que a pesquisa, enquanto

dimensão humana, pertence, apenas, às cadeiras universitárias e, conseqüentemente, afasta a noção de que as escolas são meras reprodutoras de um conhecimento científico, ao mesmo tempo em que oferece o encontro entre as juventudes com elementos presentes na rotina de um fazer científico, ampliando, assim, o seu repertório de mundo e de oportunidades. Além da pesquisa, o Trabalho, enquanto categoria, também atua na construção e formação dos sujeitos que são apresentados aos conteúdos e metodologias existentes nas dinâmicas sociais dos centros de produção do conhecimento, passando a integrar, pois, um dos princípios educativos da proposta formativa dos educandos. Com a possibilidade de estagiar sob a supervisão de pesquisadores experientes, condutas, comportamentos, compromissos, princípios éticos e outras características aos ambientes profissionais podem ser desenvolvidas a partir de propostas de IC JRs.

Dessa forma, compreender políticas públicas educacionais que incorporem em suas atuações a dimensão integral exige, necessariamente, uma articulação multicêntrica, conforme defende Parente (2018). Isto é, o Estado organiza administrativamente, através das suas manifestações municipais, estaduais, distritais ou federais, as responsabilidades dos diferentes setores da sociedade, o que, em face das distintas interpretações acerca do objeto, gerará tensões e disputas. Em se tratando da relação universidade, centros de pesquisa e escola, este tensionamento pode ser apresentado em alguns aspectos, tais quais: dinâmicas curriculares conflitantes, mobilidade interinstitucional, tráfego de informações, entre outras, já que o Ensino Médio é responsabilidade dos Estados, prioritariamente, enquanto os centros de pesquisa pertencem, em sua maioria, à União.

Nesta esteira, Cavaliere (2009) sinalizou a ambigüidade existente na tendência do pensamento brasileiro envolvendo a Educação Integral: se, por um lado, as escolas que ampliam suas jornadas não enriquecem as propostas curriculares internas pela falta de recursos materiais, humanos, logísticos e outros, mas, ainda assim, reforçam a permanência dos educandos sob o seu território, por outro, emerge a perspectiva do estudante em tempo integral, cujo arcabouço teórico e prático pode ser adquirido por meio de outras experiências, edificadas a partir do encontro com distintos equipamentos científicos e culturais.

Em 2016, a Medida Provisória nº 746, posteriormente convertida na lei nº 13.415/2017, revelou um desenho do Ensino Médio brasileiro que tem sido alvo de disputas, análises e provocações. Segundo Silva e Boutin (2018), o “Novo Ensino

Médio”, como se configurou denominá-la, afastou-se da ideia de qualquer defesa de uma concepção de “Educação Integral”, aproximando-se, pois, daquela de caráter mais gerencialista, de protagonismo neoliberal, cujo princípio basilar é o atendimento das demandas do mercado, o que se contrapõe ao caráter multidimensional e de experiência coletiva / cidadã, na medida em que restringe as propostas curriculares a itinerários formativos. Neste mesmo contexto, Walthier e Cunha (2022), ao analisarem a atuação da política em escolas selecionadas para participarem experimentalmente da proposta, compreenderam que o Ensino Médio ainda é bastante marcado pela agência dos atores que encenam a política, ao passo que a ausência de dotação orçamentária e autonomia institucional para a alocação de recursos obriga a tomada de decisões para a execução do projeto curricular, estimulando, pois, a necessidade de repensar o Ensino Médio a partir de outras bases.

Em se tratando de políticas interinstitucionais para uma educação integral, há de se pensar em todas as dinâmicas apresentadas. Os fenômenos tipificados na educação básica também afetarão, com a chegada dos estudantes, os centros de pesquisa ou o ensino superior. Sendo assim, pensar estrategicamente e de forma articulada enfrentamentos coletivos para a garantia da permanência dos estudantes nos projetos também é um desafio. As diferentes linguagens, atitudes, discursos e valores, característicos das juventudes afetam, por conseguinte, os espaços percorridos por eles, o que precisa ser considerado nas propostas formativas das IC JRs.

Além da multiplicidade de compreensões que rondam o campo da Educação Integral, este artigo apresentou especificidades presentes no relacionamento formativo envolvendo os estudantes da Educação básica, centros de pesquisas e universidades. O trabalho, a pesquisa, as dinâmicas sociais e culturais, a mobilidade...enfim, elementos que potencializam a organização de um outro eixo formativo. Trata-se de um arranjo que pode valorizar o desenvolvimento de características como a curiosidade, a criatividade, a mobilização de saberes individuais e coletivos, dentre outras competências.

## REFERÊNCIAS

CAVALIERE, Ana Maria. *Escolas de tempo integral versus alunos em tempo integral*. Em aberto, v. 21, n. 80, 2009. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/download/2418/2157>. Acesso em 30/11/2023.

COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa. *História (s) da educação integral*. Em aberto, v. 21, n. 80, 2009. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/download/2420/2159>. Acesso em 10/11/2023.

NACARATO, Adair Mendes. *A parceria universidade-escola: utopia ou possibilidade de formação continuada no âmbito das políticas públicas?* Revista Brasileira de Educação, v. 21, p. 699-716, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Mm8xztGfGW37CXqyVcWWDbK/?format=html> Acesso em 11/11/2023.

PARENTE, Cláudia da Mota Darós. *Políticas de educação integral em tempo integral à luz da análise do ciclo da política pública*. Educação & realidade, v. 43, p. 415-434, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/GwR4qsVvThyBqcpQfCm3Qhm/?lang=pt>. Acesso em 17/11/2023.

SILVA, Karen Cristina Jensen Ruppel Da; BOUTIN, Aldimara Catarina. *Novo ensino médio e educação integral: contextos, conceitos e polêmicas sobre a reforma*. Educação, v. 43, n. 3, p. 521-534, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1171/117157485009/117157485009.pdf>. Acesso em 25/11/2023.

WATHIER, Valdoir Pedro; CUNHA, Célio da. *Novo Ensino Médio: análise da política de escolas em tempo integral*. Educação & Realidade, v. 47, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/Jdd6KNrCfsqbMbKxBpt5fPF/?format=pdf>. Acesso em 24/11/2023.